

UNIVERSIDADE E TALENTO¹

Florestan Fernandes²

UEM



Florestan em atividade na Universidade Estadual de Maringá (UEM), em 1985

As “políticas educacionais” das várias repúblicas deste século nunca existiram. Se [fossem] realidade, o Estado daria prioridade, no ensino gratuito e de qualidade em todos os graus, à pesquisa básica em todos os ramos do saber, à pesquisa científica aplicada e à invenção tecnológica original. Não são as escolas que barram e expulsam os pobres da seleção positiva. É a estrutura de classes sociais que impede qualquer forma de distribuição das oportunidades educacionais, marginalizando as classes subalternas da participação educacional, cultural e política “equitativa” e “democrática”

A universidade enfrenta uma crise de alcance mundial. Já escrevi sobre o assunto, que, aliás, preocupa muitos estudiosos. A situação brasileira é peculiar, porque atravessamos rápido demais a transição do capitalismo competitivo para o capitalismo oligopolista; e este se alterou em seus dinamismos econômicos e culturais antes que tivéssemos nos adaptado ao modelo anterior. Toda uma infraestrutura, montada principalmente às custas do poder político, foi obsoletizada nas duas transformações sucessivas. E o grande beneficiário dos investimentos públicos e do processo de acumulação “primitiva”, a firma gigante estrangeira, agora exige um marco zero como novo ponto de partida, com a privatização das estruturas criadas pelo intervencionismo estatal, sob as bandeiras contraditórias do “nacionalismo econômico” e da “modernização” com vistas à “incorporação no primeiro mundo”. Poucos países erraram tanto em suas políticas econômicas e devastaram maior soma de recursos materiais e humanos no altar do “desenvolvimento econômico”, primeiro, e da “aceleração do desenvolvimento econômico”, depois. Mas não aprendemos a lição. A ilusão continua de pé e o governo, juntamente com as elites no poder das classes dominantes, barafustou pela última alternativa, certos de que as contas não sairão de seus bolsos, mas dos cofres públicos.

Isso quer dizer que as chamadas “políticas educacionais” das várias repúblicas deste século nunca existem. Se elas tivessem realidade, o Estado daria, forçosamente, prioridade, no ensino gratuito e de qualidade em todos os graus, à pesquisa

básica em todos os ramos do saber, à pesquisa científica aplicada e à invenção tecnológica original, para evitar exatamente o que aconteceu — o que fizeram os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão. A autonomia da produção do saber e do pensamento inventivo representam os alvos essenciais de uma Nação que pretenda crescer e diferenciar-se através do capitalismo. Este possui duas faces distintas. Ao lado de uma interdependência inevitável, coexistem, no plano internacional, os países capitalistas hegemônicos, cuja expansão é relativamente autossustentada, e os países de origem colonial ou não, cujo crescimento é neocolonial, dependentes ou associados, os quais transferem para o exterior parcelas variáveis do excedente econômico, pilhadas através das técnicas econômicas, culturais e políticas do imperialismo. Quanto maior for a relação entre o excedente econômico gerado e as alíquotas apropriadas pelas nações capitalistas hegemônicas, maior será a tendência dos países explorados em combinar alta concentração da riqueza, da cultura e de poder nas mãos de minorias privilegiadas e a crescente concentração de miséria, de ignorância e de subalternização nas inúmeras maiorias dos de baixo.

As classes sociais funcionam como bombas de sucção: os que mandam reproduzem com maior dureza os processos de espoliação aplicados pelas nações capitalistas centrais (o que levou alguns autores a usar o conceito de “colonialismo interno”, pouco preciso por ocultar as manifestações efetivas da luta de classes e da dominação imperialista). Em consequência, o que sobra do excedente

econômico vai predominantemente para as funções de acumulação de capital do Estado. Destinam-se recursos mínimos para as demais funções, vinculadas à educação escolar, aos serviços de saúde e de assistência social ou de habitação etc. Não são as escolas que barram e expulsam os pobres da seleção positiva. É a estrutura de classes sociais que impede qualquer forma de distribuição das oportunidades educacionais entre todas as classes, marginalizando as classes subalternas da participação educacional, cultural e política “equitativa” e “democrática”.

Uma “política educacional”, aberta para a formação e o peneiramento do talento, compreende a pré-escola e os demais graus de ensino. E deve ser, necessariamente, seletiva no nível vocacional. A crítica corrente, sobre o “elitismo”, pressupõe equívocos circulares. Ela envolve um lapso contraideológico, que contém efeito *boomerang*. O nosso ensino, especialmente no segundo grau, mas de modo particular na graduação e pós-graduação, não é elitista — constitui um monopólio das elites das classes dominantes. A alta qualidade do ensino interessa aos setores das classes sociais dos dois níveis inferiores, trabalhadoras ou médias. A antiga concepção da educação escolar como um ascensor social, apesar de insustentável, continha aí o seu grão de congruência com o regime de classes e o caráter competitivo da sociedade capitalista. Em certas condições históricas, ela corresponde às exigências educacionais e psicoculturais da mobilidade social.

Quando foi fundada, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras res-

pondia a uma ideologia “oficial” das elites no poder, de buscar meios de ampliação e renovação através de “sangue novo”. Vilfredo Pareto e outros cientistas sociais analisaram esse processo, que surge imperativamente quando as elites das classes dominantes “envelhecem” e “declinam” ou em circunstâncias especiais, nas quais após uma prolongada exclusão voltam para o interior da classe dominante (ou estamento; ou casta) a única viabilidade da “renovação das elites” (o que também pode ocorrer como efeito de invasões ou da imigração). A licenciatura surgiu nesse contexto, que lhe foi favorável, porque houve extensa passagem de professores de segundo grau e de escolas normais para o ensino superior, patrocinado e amparado pelo poder público estadual. A experiência, a maturidade e por vezes a vocação desses professores asseguraram um corpo estudantil sofisticado, crítico e ansioso por encontrar alguma via de sair da rotina e de conseguir o ensejo de lançarem-se em outra linha de competição profissional.

A Faculdade de Educação encetou uma evolução que não se previa, instigante e produtiva. E se equipou para dar um sentido mais provocativo à formação do professor. Daí a preocupação que orientou este artigo. O talento [é] o alfa e o ômega das funções cruciais da universidade

A programação do curso de Didática subordinou-se ao objetivo de formar professores com comprovado nível de profissionalização. Por isso, a escolha das matérias e os conteúdos dos cursos foram mais teóricos do que práticos. Professores ideais para alunos ideais de uma escola ideal. Esse nexos sustentou os resultados positivos alcançados e, ao mesmo tempo, alimentou a fonte dos malogros acidentais que se seguiram. Nas três primeiras décadas, os professores licenciados possuíam uma reserva de mercado e o professor de segundo grau e de escola normal desfrutava de prestígio social que o situava aproximadamente (embora de maneira nebulosa) nas cercanias do profissional liberal. Além disso, o professor conseguia um salário que permitia sustentar as aparências e uma tradição estamental o protegia de quedas abruptas e constantes de avaliação. Acresce que muitos lograram manter-se na universidade, como assistentes e professores contratados ou catedráticos. Era uma minoria que se amparava em status próprio, que a punha em um nível de reputação social equivalente ao topo dos profissionais liberais mais considerados. No planejamento global, nunca se tentou um teste precoce do “produto real” da licenciatura. Os professores mais atilados ou corajosos sabiam que deviam fazer adaptações pedagógicas sérias, em benefício dos estudantes e de suas futuras tarefas como professores. Porém, o Frankenstein teórico e prático permaneceu, sem modificações pedagógicas estruturais e dinâmicas, por muito tempo.

Enquanto isso, a sociedade inclusiva alterou-se e o objetivo de formar professores sofreu diversos deslocamentos e outras tantas deformações correspondentes. O próprio professor de segundo grau enfrentou um processo de desnívelamento persistente, perdendo prestígio, renda e condições de autorrealização pedagógica propícias. Em suma, a “carreira de professor” perdeu suas lantejoulas, tornando-se pouco atrativa: só a vocação ou um grau profundo de curiosidade pela socialização dos adolescentes garantiam uma procura oscilante. Paralelamente, a ênfase (que começa com a Ditadura Militar mas aumentou progressivamente, pela incorporação do Brasil na economia oligopolista mundial) foi posta na formação de massas de estudantes dos cursos técnicos e da graduação e pós-graduação, nas quais se difundiu a ambição do “profissional para a iniciativa privada”. A licenciatura perdia sentido para duas categorias importantes de alunos: os que pretendiam “seguir a carreira universitária”; e os que buscavam os melhores salários nos melhores empregos, fazendo a conexão entre “empresa e universidade” no nível profissional.

Essas alterações teriam de afetar o número de candidatos à licenciatura e o grau de atração pela imaginação pedagógica. É preciso que se reconheça objetivamente: isso não acarretava uma natural deterioração da licenciatura. Ao contrário, punha em questão a sua especificidade e o modelo de realizá-la. Quando saí da USP a situação estava nesse pé e não tive ocasião de ir além das reflexões alinhadas acima. Descobri que a Fa-

culdade de Educação encetou uma evolução que não se previa, muito instigante e produtiva. E que, dentro dos altos e baixos dos obstáculos que a USP ergue à renovação fora e acima de certos campos de ensino e investigação, ela se equipou para dar um sentido mais provocativo à formação do professor. Daí a preocupação que orientou a escolha do tema deste artigo. O talento conta como o alfa e o ômega das funções cruciais da universidade. E cabe aos professores conclamar o corpo coletivo da instituição em que trabalham para essa função. Não porque o número de professores formados seja pequeno. Mas porque o talento permeia ou é o nervo vital da existência de uma matéria-prima (perdoem-me a liberdade) que valha a pena, o estudante, de uma universidade com força criadora e de uma sociedade com condições para forjar a sua autonomia cultural, base do seu desenvolvimento econômico relativamente autossustentado, da revolução cultural e da revolução democrática.

O maior erro que ocorreu na USP foi o de conferir à antiga Faculdade de Pedagogia e à licenciatura o segundo plano, de companheiros de viagem de terceira qualidade. Desde o início, a Pedagogia deveria, pelo

menos, ter uma preeminência à Filosofia. Trazer bons professores do exterior e fomentar a sua influência interna segundo ritmos intensos. E difundir representações que expusessem a pedagogia como o eixo das esperanças, que movia a USP e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Correlatamente, os alunos que se destinavam à licenciatura e pretendiam devotar-se ao ensino deviam aprender que abraçavam uma vocação complexa e fundamental. Cabia aos professores do curso de pedagogia e da licenciatura ou do curso de filosofia assinalar a importância nuclear do talento virgem e do seu polimento na universidade. A tarefa ficou, por algum tempo, nas mãos de sociólogos e esfumou-se, como se a Nação de origem colonial e dependente não devesse bater-se pela seleção e aproveitamento dos talentos, de todas as magnitudes, com os olhos voltados para dentro e para baixo. A universidade condenou-se a subsistir como prisioneira das elites das classes dominantes e não percebeu que dependia dos professores para associar a imaginação pedagógica a um novo estilo de cultivar e estimular os talentos para atividades que transcendiam aos “interesses empresariais” e ao “crescimento econômico”.

Uma “política educacional” pioneira e transformadora deve centrar-se na associação recíproca da atividade docente crítica e do despertar do talento inconformista. O que se pretende? Integrar o jovem à estrutura e ao funcionamento do maquinismo ou da empresa? Ou conduzir a Nação emergente em sua autoemancipação coletiva? A imaginação pedagógica nutre-se de conhecimentos teóricos e de procedimentos práticos que agitam a organização e os conteúdos da personalidade. Ela não pode ser excluída das correntes culturais, sociais e políticas que mudam dia a dia o porvir do Brasil. No ponto zero, pretendeu-se que a universidade fosse a serva dos poderosos e de seus privilégios. Hoje, o que se quer é que a universidade contribua para a libertação dos oprimidos e que promova, entre os de baixo, uma forte aspiração de combater o embrutecimento, de promover a desalienação e desvendar o seu talento para si, para a sua classe e para a coletividade. O talento como detonador social? E ele valerá alguma coisa, em si e por si, se não escapar à rotina, ao estrangulamento da profissão como um fim exclusivo, à tirania da ordem?

Notas

- 1 Artigo redigido em 1994 e publicado na edição número 4 da *Revista Adusp*, lançada em outubro de 1995 e organizada em homenagem ao autor, que falecera em 10 de agosto daquele ano.
- 2 Professor do Departamento de Sociologia da FFLCH.